

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBERTA MOSS KOSOSKY

LEITURA, IGUALDADE E DIVERSIDADE:
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

CURITIBA
2015

ROBERTA MOSS KOSOSKY

LEITURA, IGUALDADE E DIVERSIDADE:
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do grau de Especialista em Educação em Direitos Humanos, no curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Luciana Ferreira

CURITIBA
2015

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora Prof^ª. Dr^ª. **LUCIANA FERREIRA** realizaram em 21/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ROBERTA MOSS KOSOSKY**, sob o título “Leitura, igualdade e diversidade: educação em direitos humanos na literatura infantojuvenil”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “10,0” e conceito “APL”.

Matinhos, 21 de junho de 2015.



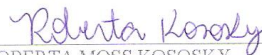
Prof^ª Dr^ª Luciana Ferreira
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná



Prof^ª Dr^ª Juliãna Quadros
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo Pontal
do Paraná



Prof^ª. Rosane E. Barros Santana
Tutora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná



ROBERTA MOSS KOSOSKY
Estudante do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo Pontal
do Paraná

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APs = Aprendizagem Parcialmente suficiente
	As = Aprendizagem Suficiente	Ai = Aprendizagem Insuficiente

Dedico este trabalho ao meu esposo, Luiz Rodrigo, pela paciência e companheirismo e aos meus filhos Luiz Gustavo e Leonardo pelo carinho e amor que fazem da minha vida mais feliz.

RESUMO

Com o intuito final de criar momentos de reflexão e discussão sobre os direitos humanos na escola, este trabalho tem como objetivo criar um referencial bibliográfico de livros infantojuvenis para serem usados por professores e funcionários da educação em sala de aula ou espaços de contraturno escolar. Esta é uma das inúmeras alternativas para trabalhar a educação em direitos humanos no ambiente escolar. Quando aliamos a prática da leitura com a formação de valores, temos um poderoso instrumento de transformação social. Os livros selecionados abordam temas sobre a igualdade e a diversidade e estimulam a prática de ações mais democráticas e responsáveis promovendo uma cultura de solidariedade, respeito e tolerância.

Palavras chaves: leitura; literatura infanto-juvenil; direitos humanos; igualdade; diversidade.

ABSTRACT

With the ultimate aim of creating moments of reflection and discussion on human rights in school, this work aims to create a bibliographic reference of children's books for use by teachers and staff education in the classroom or afterschool spaces. This is one of several alternatives to work the human rights education in the school environment. When we combine the practice of reading with the formation of values, we have a powerful tool for social transformation. The selected books cover topics on equality and diversity and encourage the practice of most democratic and responsible actions promoting a culture of solidarity, respect and tolerance.

Key words: Reading; children's literature; human rights; equality; diversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA	09
3 LITERATURA INFANTIL, LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	15
4 LITERATURA E DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA ...	19
4.1 SELEÇÃO DE LIVROS.....	21
4.2 CARTILHA	25
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Considerando a importância da educação em direitos humanos no cotidiano escolar e as possibilidades que a literatura infanto-juvenil pode trazer na formação do indivíduo e no desenvolvimento da aprendizagem, o presente trabalho tem como objetivo geral desenvolver uma cartilha de apoio pedagógico aos professores e funcionários da educação com um referencial bibliográfico de livros infantojuvenis que possam ser utilizados nas escolas, tanto em sala de aula quanto em espaços de contraturno escolar, propiciando momentos de reflexão e discussão sobre os direitos humanos.

A ideia inicial era realizar paralelamente rodas de leitura com alunos do 6º ano do Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, no município de Fazenda Rio Grande. Porém, o ano letivo de 2015 está sendo atípico, pois já no início das aulas todos os educadores da rede pública estadual do Paraná entraram em greve por causa de medidas descabidas que afetavam não só a carreira dos servidores como também a qualidade da educação no estado. Esta primeira greve durou 29 dias, entretanto, no dia 25 de abril os educadores entraram em greve novamente e não houve mais tempo hábil para a condução das atividades práticas com os alunos.

Estas dificuldades levaram esta pesquisa a tomar outros rumos e apesar dos contratempos a fundamentação bibliográfica já estava definida. No primeiro capítulo destaca-se a importância da educação em direitos humanos na escola. Afinal, educar não é simplesmente preparar o intelecto e para mercado de trabalho, a educação tem o compromisso de formar cidadãos, conduzindo a compreensão de conceitos humanizadores como o respeito, dignidade, tolerância e paz. (FRANKLIN, 2009, p.126).

A concretização da educação em direitos humanos só será possível com ações articuladas entre estado, sociedade civil e instituições educacionais. Por este motivo as escolas tem papel fundamental neste processo de transformação social, pois práticas educativas mais participativas e dialógicas conseguem impregnar o cotidiano escolar de vivências em direitos humanos.

Com base nestes conceitos desenvolveu-se a ideia de aliar a prática da leitura com a educação em direitos humanos, levando em consideração que a literatura pode ajudar na formação de personalidades e também ser vista como retrato de uma sociedade, servindo como modelo para a construção de novas mentalidades.

No segundo capítulo, além destas questões relacionadas a relevância da literatura infantojuvenil na formação do caráter do sujeito, aborda-se também práticas de leitura e contação de histórias no desenvolvimento crítico de crianças e adolescentes. “A história quando escolhida, estudada e preparada adequadamente dão contexto a situações, sentimentos e valores que quando isolados são difíceis de serem compreendidos.” (DOHME, 2011, p.7).

Percebendo toda esta influência que a escolha de um livro pode ter na formação de conceitos que podem nortear o desenvolvimento de valores éticos, autoestima e cooperação social, iniciou-se a preparação do 3º capítulo deste trabalho. Nele o foco principal foi a seleção dos livros e a confecção do material de apoio pedagógico com base nestes estudos.

Duas temáticas principais foram escolhidas: a igualdade e a diversidade. Acredita-se que ao se lutar por igualdade teremos um *status* de felicidade geral, assim sendo os desejos e sonhos individuais são renegados, juntamente com a história pessoal e familiar e a cultura de cada um. “Ser diferente não é apenas normal, pode ser muito bom, desde que esta diferença não signifique a supremacia de um sobre o outro, e sim a humanamente e enriquecedora diversidade.” (BRANDÃO, 2006, p.13). A luta pela equidade é uma luta por direitos, onde ninguém seja excluído por ser negro, mulher, homossexual, imigrante, indígena ou qualquer outra característica que os diferencie. A valorização das diferenças é primordial na constituição de uma cultura de respeito.

Os livros selecionados têm como princípios básicos estas características para que se possa desenvolver uma atitude não alienada, com possibilidades de superação e mudança a partir da conscientização. Quanto ao material de apoio, a sua elaboração foi realizada com o intuito de possibilitar o seu uso de forma simples e direta, preservando os princípios da legibilidade, sendo um documento limpo e

agradável visualmente, com identidade visual própria, afirmando seu caráter mais profissional.

A reflexão e o acesso de todos a cidadania permite a compreensão dos limites da ética e dos direitos humanos, onde as diferenças devem ser respeitadas e promovidas, e não utilizadas como critério de exclusão social e política.

2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Inúmeras foram às mudanças sociais e comportamentais que verificamos nos últimos anos e a escola tem que acompanhar este processo de transformação, construindo um projeto de sociedade com indivíduos mais atuantes e conscientes. De acordo com Simões (2012, p.14), “ser cidadão significa participar e lidar com segurança com a complexidade do mundo para intervir nele criativamente.” E, a partir deste entendimento, buscar soluções que possibilitem o crescimento individual e social.

Neste contexto a experiência escolar torna-se fundamental na formação social do sujeito proporcionando a interação com o outro e vivências múltiplas, preparando o aluno para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos.

A escola, então, afirma-se como um ambiente de contínua reconstrução de experiências, orientadas para privilegiar o acolhimento a diversidade, o compartilhamento, a colaboração e também a crítica, a comparação, a criação e a iniciativa. Legitima-se assim a sua função social, cuja razão de ser está além de seus muros. (SIMÕES, 2012, p.17).

No artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos consta que a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer compreensão a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos. Desta forma, enquanto no seio familiar observamos uma heterogeneidade de pensamentos e valores, é na escola que o indivíduo se depara com o diferente e precisa compreender as mais diversas formas, de ser, existir e pensar.

Diante desta realidade, ensinar e vivenciar os direitos humanos é essencial e não pode ser relegado ao segundo plano, pois se quisermos uma escola socialmente responsável temos que potencializar o papel transformador que ela tem, e a educação em direitos humanos é fundamental neste processo pois pode ajudar na construção de uma cultura em direitos humanos a partir do cotidiano e da prática social

Algumas considerações sobre o termo direitos humanos são oportunas neste momento. Em 10 de dezembro de 1948 foi estabelecido um conjunto de

normas jurídicas internacionais que reconhecem a dignidade inerente a todos os seres humanos. Isto é, todos nós temos direitos iguais, sempre primando pela liberdade, justiça e paz mundial.

Os direitos humanos constituem uma expressão moderna, mas, convém ressaltar, sua cultura possui raízes distantes, para além da modernidade. Ainda se considerarmos o marco das declarações de direito da época moderna e contemporânea, devemos sempre lembrar que os direitos humanos constituem uma conquista da civilização. (MAUES; WEYL,2007).

Podemos compreender os direitos humanos como as necessidades essenciais para que um ser humano possa viver com dignidade. De acordo com Benevides (2003, p.311), nestes direitos não podem haver qualquer distinção de sexo, nacionalidade, etnia, cor de pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral. Esta definição contemporânea, que surgiu junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é a que usaremos como referências neste trabalho.

Ressaltando que, a efetivação dos direitos humanos depende de uma mobilização social e que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto justificá-lo, mas o de protegê-lo.” (BOBBIO apud BARREIRO; FARIA; SANTOS, 2011 p.63).

Com o intuito justamente de proteger e consolidar os direitos humanos é que surgiu a necessidade de se educar em direitos humanos. Segundo Sader (2007, p.80), “Educar é um ato de formação da consciência - com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão”, portanto a educação em direitos humanos é fundamental na transformação e criação de uma cultura que efetive os direitos humanos tanto na razão quanto na emoção.

Benevides (2003, p.309), aponta a Educação em Direitos humanos como “a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção de vivências e valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz”. Estes valores devem permear ações práticas e concretizar uma mudança comportamental e social.

A educação em direitos humanos nasce herdando da educação popular uma vocação explícita para construir um projeto histórico, uma vontade mobilizadora definida por uma opção feita pela mudança estrutural e um compromisso com os setores populares. (SIME apud CANDAU, 1999, p.16).

A sociedade não pode mais achar normal práticas de discriminação e intolerância, é preciso estimular um estado de insurgência e como sugere Candau (1999, p.18), é necessário que “estejamos conscientes de que tais violações não são naturais, mas sim, realidades construídas historicamente, que tenhamos coragem de questionar-nos sobre suas causas e nossa convivência”. A autora ainda afirma que temos que superar a nossa tendência à insensibilidade, passividade e impotência.

Legalmente, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é a principal orientação no desenvolvimento de ações na área e vem se consolidando como uma política pública de caráter emancipatório e de fortalecimento de um Estado Democrático de Direito.

O contexto nacional, historicamente tem se caracterizado por desigualdades e pela exclusão econômica, social racial e cultural, decorrentes de um modelo de estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos civis e políticos em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos. (BRASIL, 2003, p.9).

Desde a constituição de 1988 já se vem discutindo a importância da educação em direitos humanos no Brasil e em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira trouxe algumas referências no que tange a tolerância (Art. 3º, IV) e também na instituição da formação pela cidadania como diretriz na formação escolar e estabeleceu que educar em direitos humanos é fomentar uma prática educativa (BRASIL, 1996). Porém, somente em 2003 é que o PNEDH foi lançado e tendo a sua versão definitiva em 2006.

De acordo com Barreiro, Faria e Santos (2011, p.71), “A partir do PNEDH pode-se considerar que o Brasil iniciou um trabalho sistemático e institucionalizado para possibilitar e promover a educação em direitos humanos”. Os objetivos centrais do PNEDH são de orientar políticas educacionais direcionadas para o respeito aos direitos humanos e estabelecer concepções, princípios e ações para a elaboração de programas e projetos na área de educação em direitos humanos.

Estes aspectos reforçam a ideia de construção de uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais e a escola tem papel fundamental neste processo e que deve ser concebida de forma articulada ao combate ao racismo, sexismo, discriminação social, cultural, religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira. (BRASIL, 2003).

De acordo com Benevides (2003, p.315), “o aprendizado deve estar ligado à vivência do valor da igualdade, em dignidade e direitos para todos e deve propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade”. A autora também enaltece a necessidade de se perceber as consequências pessoais e sociais de cada escolha.

A educação em direitos humanos tem que ser um trabalho compartilhado e com a participação de todos que estão envolvidos no projeto pedagógico, sendo uma prática social coletiva que favorece o diálogo e a troca de experiências. “Trata-se de educar a partir da prática para a construção comunitária e a participação ativa no coletivo, como aspectos fundamentais na luta pelos direitos humanos.” (CANDAU, 1999, p.22).

Esta vivência compartilhada exige que a palavra esteja sempre de acordo com a prática e que se aproxime da realidade concreta dos educandos e educadores.

Uns dos maiores obstáculos à difusão em direitos humanos é o abismo entre o discurso – as palavras e os feitos e as atitudes. Se um educador, um sistema escolar, pensa educar para os direitos humanos, deve sempre começar por praticá-los. Não existe educação para os direitos humanos, não existe projeto válido neste campo sem um profundo compromisso social para que eles se tornem realidade. (MOSCA y AGUIRRE apud CANDAU, 1999, p.22).

Candau (1999, p.19), também afirma que é necessário questionar o caráter meramente técnico e instrumental da educação, isto é, não podemos nos ater aos conteúdos formais das disciplinas, é preciso ir além e potencializar o seu papel articulador tornando o espaço escolar um ambiente propício para a construção de sujeitos mais ativos na sociedade e que vivam e exerçam sua cidadania. Quando o currículo escolar assume o compromisso de produzir humanidade, a educação resgata a sua função social.

Se o compromisso da educação, em geral, é formar um cidadão a partir de sua humanidade e não um ser voltado simplesmente para o mercado de trabalho ou a eficiência intelectual, então os conteúdos formativos do caráter e do bem pensar devem ser prioritários. (FRANKLIN, 2009, p. 125).

Benevides (2003, p.315), também destaca esse senso de responsabilidade da educação, que deve “visar à formação do cidadão participante, crítico,

responsável e comprometido com a mudança daquelas práticas e condições da sociedade que violam ou negam os direitos humanos”.

Outro fator relevante a ser destacado é a importância que a educação em direitos humanos tem na construção da democracia. “Formar para a cidadania e para a democracia é um objetivo irrenunciável das diferentes práticas educativas, no âmbito formal e não formal, e passa necessariamente pela afirmação teórico-prática dos direitos humanos.” (CANDAUI, 1999, p.16).

Segundo o PNEDH, democracia constitui um “regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito aos direitos humanos.” (BRASIL, 2003, p.17). Portanto, quando educamos em direitos humanos estamos transformando a educação em uma educação democrática, formando para a participação e para a solidariedade. Benevides (2003, p.314), destaca que “Não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existe direitos humanos sem a prática democrática.”.

Não se pode confundir esta democracia socioeconômica por com uma democracia liberal, onde apenas os direitos políticos – jurídicos são respeitados. Temos que lutar para que todos os direitos sejam exercidos de forma plena.

Este é o momento. Nele temos de buscar, no meio de tensões, contradições e conflitos, caminhos de afirmação de uma cultura dos direitos humanos que penetre em todas as práticas sociais e seja capaz de favorecer processos de democratização, de articular a afirmação dos direitos fundamentais de cada pessoa e grupo sociocultural, de modo especial os direitos sociais e econômicos, com reconhecimento dos direitos a diferença. (CANDAUI, 2001, p.44).

Quando a importância da igualdade é ressaltada dentro da sociedade, não significa que é necessária uma padronização. O respeito às diferenças e a igualdade de direitos é que devem ser destacados na educação em direitos humanos. “temos o direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos o direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS apud CANDAUI, 2001, p. 44).

Em suma, trabalhar com educação em direitos humanos é um processo complexo, desafiador e em longo prazo, pois se aborda a formação do caráter do sujeito, a sua avaliação é subjetiva e exige a vivência compartilhada. Benevides (2003, p.315), salienta que a educação em direitos humanos “trata-se de uma educação permanente e global, complexa e difícil, mas não impossível”. Quando

ensinamos abstrações a indivíduos que estão acostumados com o concreto, a experiência exigirá do educador mais criatividade e maleabilidade.

3 LITERATURA INFANTIL, LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIA

Ler e escrever são fenômenos culturais que perpassam qualquer disciplina isolada e se constituem em uma ação integrada que deve envolver toda a escola. Neste sentido a leitura torna-se essencial na formação do sujeito e deve ser utilizada em todos os campos de conhecimento, pois ajuda na formação cultural do indivíduo.

A partir da leitura literária, é possível desafiar os alunos para produzirem discussões que ampliem o conhecimento do mundo, explorar questões relacionadas ao país e seus habitantes, em sua diversidade, oferecendo-lhes condições de adquirir novos saberes e também aprender com os sentidos produzidos pela tradição. (FILIPOUSKI; MARCHI, 2009, p.9).

A literatura infantil será o objeto principal deste trabalho e deve ser entendida como aquela que se relaciona direta e exclusivamente com a arte da palavra, com a estética e com o imaginário (COSTA, 2007, p.16). Cândido (1989, apud RISSO, 2007), esclarece também que a literatura se expressa como uma necessidade universal e que precisa ser satisfeita, o que a torna um direito e fator indispensável na humanização.

Usar a literatura como forma de seduzir e cativar as crianças é normal, mas podemos transformar o seu potencial em aprendizagem e conhecimento. (COSTA, 2007, p.28). Assim, é possível utilizar a literatura infantil no desenvolvimento emocional e social do ser humano. “A história certa pode ajudar na elevação da autoestima, rompimento de preconceitos, diminuição de tensões, dar segurança e alimentar esperança.” (ZILBERMAN, 2003, p.25).

Quando juntamos a literatura com a educação em direitos humanos constituímos um poderoso instrumento de cidadania que deve ser aproveitado em todo âmbito escolar.

Mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferentes, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo. Somos todos feitos do que os outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais, depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito esta possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente. Ela nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo. Longe de ser um simples entretenimento, uma

distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor a sua vocação de ser humano. (FILIPOUSKI; MARCHI, 2009, p.9).

Desde cedo temos que incentivar o hábito da leitura, estimulando não só a compreensão do texto, mas também o desenvolvimento de competências onde o aluno passe a reagir diante do texto e tomar uma posição, com atitudes críticas e passíveis de intervenção (SIMÕES, 2012, p.49).

Formar leitores é um ato complexo que deve fazer parte do cotidiano escolar, cabendo aos educadores mediar com maturidade e metodologias adequadas que possibilitem um ambiente proveitoso de leitura. Quando se compreende que a literatura é ludismo, fantasia, imaginação e questionamentos, percebe-se que o ato de ler pode favorecer a compreensão do mundo real. “A literatura infantil, nessa medida, é levada a realizar sua função formadora, que não se confunde com uma missão pedagógica.” (ZILBERMAN. 2003 p. 29).

Ao utilizarmos a leitura literária aliamos o poder do discurso ao prazer. Marchi (2009, p.11-12), ressalta que o resgate das funções sociais da leitura literária na prática pedagógica poderá favorecer a atuação do aluno como leitor em esferas distintas da vida social, preparando-o para lançar mão de leituras como formas de enfrentar a vida, de constituir-se como sujeito e de exercitar sua cidadania.

Costa (2007) destaca o aprendizado da leitura como condição necessária para poder se aprender com textos escritos. A interpretação correta dos textos, com uma leitura crítica e construtiva é fundamental na formação do estudante. Porém, não basta apenas entregar um texto ao aluno e esperar o resultado. O planejamento é primordial no desenvolvimento do gosto pela leitura, pois quando são analisados e identificados os anseios dos educandos a leitura torna-se mais afetiva e efetiva. (BRASIL, 2001, p.19).

Destaca-se também o papel dialético da leitura, onde tanto o autor, quanto o leitor são beneficiados com o desenvolvimento de uma atitude crítica e transformadora. “Todo texto tem um autor que o produziu com um contexto, por isso está impregnado de valores e expressa um ponto de vista. Cumpre ao leitor reconhecê-lo e posicionar-se diante dele.” (SIMÕES, 2012, p. 49).

Na tentativa de reforçar e potencializar o diálogo estabelecido a partir da leitura o uso da oralidade e da mediação docente pode transformar o imaginário infantil.

Estas narrações tão saborosamente recebidas desencadeiam processos mentais que levarão a formação de conceitos capazes de nortear o desenvolvimento de valores éticos voltados para a formação de autoestima e a cooperação social. (DOHME, 2011, p.7).

O uso da contação de história no ambiente escolar deixou de ser apenas uma forma de distrair os alunos e destaca-se no auxílio à prática pedagógica.

A contação de história é a atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real. (RODRIGUES, 2005, p.4).

Quando estimulados, crianças e adolescentes ultrapassam a imaginação e fortalecem o desenvolvimento da personalidade. Desta forma, a escola utiliza-se da leitura, através da contação de história, como metodologia para o desenvolvimento de sujeitos e melhoria de seu desempenho escolar. (MATEUS, 2013, p. 7). Auxiliando também o aluno na aproximação com o mundo literário e iniciação do gosto pela leitura.

Através destas novas dinâmicas pedagógicas a aprendizagem é facilitada e aprimorada. A contação de histórias aliada as rodas de leitura torna-se essencial no dialogo entre educador e educando. Vianna (2010, p.60) é categórico em afirmar que a organização das rodas de leitura como um espaço e tempo no qual a interlocução não é exclusiva de poucos, mas de todos, o coletivo prevalece, assim como as mais variadas formas de interpretar e compreender uma informação, uma linguagem literária ou poética.

Esta prática pedagógica não formatada gera a possibilidade de quebra de paradigma, pois torna o aluno sujeito de sua própria historia desempenhando o papel de protagonista de seu processo de aprendizagem, dando importância a comunicação interpessoal, a criatividade, a formulação e resolução de problemas. (VIANNA, 2010, p.63).

Por si só o ato de ler já é uma ato transformador e contar histórias então, é edificante. “Platão, que na sua república já se referia a importância de contar contos – primeiro os contos, depois a ginástica.” (SISTO, 2005, p.29). Com isto as rodas de leitura que associam o prazer de ler com a mágica da contação de história nos convidam a conhecer e a pensar sobre o mundo que estamos inseridos.

Nelas [rodas de leituras] vemos alunos, com pouca idade, emitindo suas opiniões, indagando sobre o que ouvem, repetindo e fazendo uso, em outras situações, das expressões usadas pelos autores e apreciando o valor estético do arranjo das palavras. (VIANNA, 2010, p.65).

Percebemos assim o valor educacional das histórias, que, segundo Dohme (2011, p. 18) são excelentes ferramentas na formação do caráter, pois com vivências e referências pode-se construir valores e também desenvolver o senso crítico. “Por meio delas [histórias] os alunos tomam conhecimento de situações alheias á sua realidade, uma vez que podem navegar em diferentes culturas, classes sociais, raças e costumes.” (DOHME, 2011, p.19).

O autor ainda destaca a transformação do abstrato em concreto que as histórias possibilitam. “A história traz o abstrato ao entendimento das crianças e com isso municia-as de experiências que aumentarão a sua vivência, aumentando as suas possibilidades dentro do relacionamento social.” (DOHME, 2011, p. 24).

Podemos assim afirmar que a literatura infantil, a leitura e a contação de histórias ajudam no desenvolvimento das crianças, possibilitando o crescimento e a aprendizagem de uma forma mais harmoniosa e divertida onde nem se parece que está aprendendo. E que no final todos saem ganhando, pois a criança de hoje será o cidadão consciente e respeitoso de amanhã.

4 LITERATURA E DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

As escolas ainda estão pouco preparadas para discutir e refletir os direitos humanos, falta abordagens coerentes e métodos práticos mais elaborados e pessoal mais capacitado. A partir disso foi observado como o mercado editorial infantil vem se adequando a estes novos paradigmas emergentes e tem contribuído e influenciado mudanças de posturas no âmbito escolar (COELHO, 2000, p.130).

Ao analisarmos os livros infantojuvenis como materiais de apoio pedagógico estamos definindo estes instrumentos como documentos de pesquisa, possibilitando a sua análise de forma reflexiva e destacando o seu papel emancipador.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ-SILVA ?, 2009, p.6)

Desta forma os livros de literatura infantojuvenil que serão analisados e propostos nesta pesquisa não serão fontes de informação bibliográfica e sim documentos de apoio à investigação e também objetos de práticas pedagógicas.

Serão analisados e propostos 10 livros infantojuvenis com temáticas que abordem questões sobre a diversidade e a igualdade. Estas temáticas conseguem abranger um grande número de possibilidades, abordando questões relacionadas ao gênero, sexualidade e orientação sexual e questões étnico-raciais. Carrara (2009, p.13), evidencia que trabalhar simultaneamente estas problemáticas não é apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária.

A organização deste material será feita em forma de cartilha com uma pequena introdução sobre a temática Educação em Direitos Humanos, finalizando com resumos e explicações sobre os livros de literatura que poderão ser abordados em sala de aula ou em espaços de contraturno ou de práticas educacionais diferenciadas aliando a literatura à educação em direitos humanos cm intuito de formar alunos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. “Além de as histórias divertirem, elas atingem outros objetivos como educar, instruir, desenvolver a inteligência e a sensibilidade.” (MATEUS, 2013, p.4).

A ideia é que este material possa contribuir para momentos de reflexão e aprendizagem sobre os direitos humanos na escola. Esta cartilha será destinada a alunos do Ensino Fundamental do 5º ao 7º ano.

Este material possibilita que diversas escolas tenham um referencial de apoio que auxilie no desenvolvimento de práticas pedagógicas que abordem questões relacionadas aos direitos humanos. Muitas vezes existe a vontade de se iniciar projetos que trabalhem esta temática, mas faltam orientações claras e materiais de acesso rápido e conciso que possam servir como elementos catalisadores de discussões produtivas e de um avanço da cidadania nas relações sociais.

Pretende-se desta forma conhecer e valorizar a diversidade, abrindo mão dos interesses pessoais pelos coletivos, oferecendo novos argumentos, novos critérios e informações na percepção da realidade. Superar os preconceitos e discriminações é papel também da escola, que tem a obrigação de formular ações educativas que previnam estas situações. De acordo com o livro de conteúdo Gênero e Diversidade na Escola “a convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do outro, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos.” (2009, p.31).

Infelizmente a escola ainda é um ambiente totalmente preconceituoso, mesmo com todas as leis e normativas que fortalecem e dão credibilidade aos estudos e discussões sobre este assunto dentro das escolas.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes estas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introduzidos neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17).

A naturalização destas questões de diferenciação que marcou os séculos XIX e XX vinculou-se à restrições do acesso à cidadania a negros, indígenas,

mulheres e homossexuais. Portanto, torna-se fundamental o debate e a reflexão dentro do ambiente escolar sobre estas temáticas.

A escola precisa estar sempre preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e às alunas compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião neste debate. (BRASIL, 2009, p. 14).

Cada escola, cada professor, cada cidadão tem que ter consciência do seu papel transformador, somente com atitudes positivas e iniciativas e que conseguiremos reverter este quadro triste de preconceito e discriminação.

4.1 SELEÇÃO DE LIVROS

Atualmente muitos são os livros que tem uma abordagem voltada para questões identitárias, destacando a igualdade e a diversidade como viés dos enredos. Entretanto, mesmo com muitos livros disponíveis, ao chegar em livrarias as temáticas que envolvem os direitos humanos não são identificadas facilmente pelos vendedores. Então a busca teve que partir de uma pesquisa on line utilizando palavras chaves como livros sobre racismo, questões de gênero, homofobia e direitos humanos. Após vasta pesquisa e leituras os livros infracitados foram escolhidos por sua linguagem simples e enredo compatível com os objetivos do trabalho e com a faixa etária selecionada.

Minha Família Colorida (Georgina Martins)

Este livro conta a história de um menino de aproximadamente 6 anos chamado Ângelo que começa a perceber as diferenças existentes entre ele e seus familiares. Ele quer saber por que o seu cabelo não “vua” como o da sua mãe. A partir daí sua mãe começa a contar a história de seus antepassados e explicar como ele herdou características de cada um deles e a importância da miscigenação.

Esta maneira simples e afetiva de demonstrar como as diferenças fazem parte só nosso dia a dia e como a mestiçagem é importante na formação do povo brasileiro essenciais na escolha deste livro que ajuda na formação da identidade afro-brasileira e na identificação dos alunos com o personagem.

Meus dois pais (Walcyr Carrasco)

Os pais de Naldo se separam, e ele fica morando com a mãe. Depois de um tempo, seu pai passa a dividir o apartamento com Celso. A mãe de Naldo recebe uma promoção e tem que morar em outra cidade, mas não quer que seu filho more com o pai e Naldo não consegue entender muito bem por que isso.

A história conta de maneira muito clara e afetiva o respeito que devemos ter pelo outro, como lidar com a homossexualidade e destaca que o carinho e o amor sempre devem prevalecer independente de qualquer orientação sexual.

Do jeito que a gente é (Marcia Leite)

De forma muito leve e espontânea *Do jeito que a gente é* aborda temas como homossexualidade e aparências. Chico é um menino que não sabe como se assumir gay e Beá é uma menina que vive em conflito com a aparência a e a real necessidade de termos que ser como os outros querem. Suas vidas se cruzam quando os pais dos dois resolvem se casar.

Este livro trata principalmente da aceitação de si próprio e do autoconhecimento. Com assuntos muito pertinentes e comuns na adolescência, ele nos faz refletir sobre como é importante sermos o que somos, independentes de rótulos e estereótipos.

Faca sem ponta, galinha sem pé (Ruth Rocha)

Que diferenças existem realmente entre meninos e meninas? Em *Faca sem ponta, galinha sem pé* os irmãos Joana e Pedro viviam estes dilemas implicando

diariamente com atitudes que julgavam ser ou de menina ou de menino. Até que um dia algo inesperado aconteceu, eles passaram por baixo de um arco-íris e Joana Virou Joano e Pedro virou Pêdra.

De maneira muito engraçada este livro consegue demonstrar que não existem coisas de menino ou menina. Cada um tem a sua vontade própria, independente de padrões pré-estabelecidos. Um jeito simples e descontraído de abordar o sexismo.

O fado Padrinho, o bruxo afilhado e outras coisinhas mais (Anna Claudia Ramos)

Luar é um menino que sonha em ser fado padrinho e não entende porque só as meninas podem ser fadas madrinhas. Sua avó aceita e estimula a sua decisão e consegue até um graveto mágico para Luar, que sai pelo mundo afora em busca de seu primeiro afilhado. Nesta jornada ele conhece outros meninos e meninas com desejos diferentes dos anseios de seus pais.

Com uma linguagem contagiante e ilustrações bem humoradas esse livro é primordial para tratarmos de assuntos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Muitas vezes crianças e adolescentes sentem-se pressionadas pelos seus pais e familiares a fazerem coisas que não querem só para agradar. O fado padrinho nos mostra que temos que seguir nossos sonhos e ser quem somos de verdade.

Tudo bem ser Diferente (Todd Parr)

De forma muito simples e educativa Todd Parr consegue com poucas palavras e muita criatividade abordar a importância de aceitarmos as diferenças. Sempre aliando texto com ilustração *Tudo bem ser diferente* é totalmente enriquecedor e divertido.

Mano descobre a diferença (Heloisa Prieto)

Com uma temática totalmente adolescente o livro conta a história de Mano e seus amigos que estão viciados em um jogo online e querem muito conhecer o melhor jogador de todos que se intitula D'Artagnam. Ao encontrar o famoso jogador os jovens percebem que ele é diferente, com algumas esquisitices. A partir daí desenrola uma história com muito respeito, carinho e solidariedade.

Com o enredo muito envolvente conseguimos perceber como as diferenças podem separar as pessoas, mas que com tolerância e respeito estas diferenças podem aproximar todos e transformar o mundo em um lugar melhor.

Até as princesas soltam pum (Ilan Brenman)

Laura é uma garotinha muito curiosa e fica muito intrigada quando seus colegas de escola dizem que as princesas soltam pum. A menina então pergunta para o pai que com muita criatividade tira as dúvidas da pequena Laura.

Inusitado e engraçado, esse livro mostra para meninos e meninas que por mais encantadora que seja uma princesa ou uma menina existem coisas que todos nós fazemos. Por mais elegante, rica ou famosa que seja uma pessoa, ela é comum. Não se pode estereotipar os indivíduos e muitos menos a mulher. Viver fora dos padrões é normal

Luana: as sementes de Zumbi (Aroldo Macedo Oswaldo Faustino)

Luana é uma menina de 8 anos que mora em Cafundé um quilombo remanescente. Nesta aventura através de seu berimbau mágico a menina volta no tempo para o famoso quilombo de Palmares.

Uma história totalmente brasileira com heróis e paisagens do nosso povo. Esse livro com certeza reforça o orgulho negro do Brasil e consegue mostrar às crianças a importância deste povo, sem contar o fator de identificação com a personagem principal.

Zé diferente (Lúcia Pimentel Góes)

O menino Zé está cansado dos padrões de igualdade impostos pela sociedade. Então ele resolve mudar, muda o cabelo, muda a roupa, muda a casa e até tenta voar. Mas as suas tentativas não dão muito certo, logo que ele mudava, as mudanças viravam padrão e tudo fica igualzinho de novo.

O fato de o mundo estar globalizado não significa que temos que abolir as diferenças e esse livro consegue nos mostrar como a valorização das diferenças pode fortalecer a constituição da nossa identidade e compreender respeitar as diferenças culturais existentes no Brasil e no mundo.

4.2 CARTILHA

Utilizando como base conhecimentos prévios de Comunicação Social e Planejamento Gráfico, este material foi desenvolvido pela própria pesquisadora do trabalho, A cartilha possui tamanho A5, com identidade visual própria com logomarca criada especialmente para o projeto.



As cores escolhidas simbolizam a igualdade e a diversidade e os ícones remetem a união, trabalho em grupo e também transmitem a ideia de livros semiabertos.

O conteúdo da cartilha foi confeccionado com base neste trabalho, com pequenas alterações para adequação de linguagem.

Foram impressas 20 cartilhas que serão distribuídas em todos os colégios estaduais do município de Fazenda Rio Grande e também em algumas escolas municipais da mesma cidade.



O que são Direitos Humanos?

São direitos fundamentais da pessoa humana, sem ele o ser humano não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver ou participar plenamente da vida.

Estes direitos devem ser assegurados desde o momento do nosso nascimento, independente de sexo, nacionalidade, etnia, cor de pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física ou mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral.

Em 1978 a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) confeccionou um documento com 30 artigos denominado Declaração Universal dos Direitos Humanos. Dentre seus artigos consta que os Direitos Humanos são universais, garantem a segurança a vida a todos, julgamento justo, liberdade de expressão e igualdade.

Hoje em dia podemos associar os Direitos Humanos as lutas das minorias como os negros, mulheres, indígenas, homossexuais e todos aqueles que por algum motivo tem seus direitos básicos violados.

O que é Educação em Direitos Humanos?

De caráter permanente, continuado e global a Educação em Direitos Humanos (EDH) é voltada essencialmente para a mudança com inculcação de valores para atingir corações e mentes.

Quando trabalhamos a EDH estamos articulando a formação de uma cultura de respeito a dignidade humana através da promoção e da vivência de valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz influenciando hábitos e atitudes que devem se transformar em prática.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEHD) a educação deve contribuir para o desenvolvimento da personalidade humana senso de dignidade, prática da tolerância e do respeito a diversidade de gênero, da amizade entre as nações, povos indígenas e grupos raciais, étnicos, religiosos e linguísticos.

Livros

Minha Família Colorida (Georgina Martins)



Este livro conta a história de um menino de aproximadamente 6 anos chamado Ângelo que começa a perceber as diferenças existentes entre ele e seus familiares. Ele quer saber por que o seu cabelo não "vua" como o da sua mãe. A partir daí sua mãe começa a contar a história de seus antepassados e explicar como ele herdou características de cada um deles e a importância da miscigenação.

Esta maneira simples e afetiva de demonstrar como as diferenças fazem parte só nosso dia a dia e como a mestiçagem é importante na formação do povo brasileiro essenciais na escolha deste livro que ajuda na formação da identidade afro-brasileira e na identificação dos alunos com o personagem.

Meus dois pais (Walcyr Carrasco)



Os pais de Naldo se separam, e ele fica morando com a mãe. Depois de um tempo, seu pai passa a dividir o apartamento com Celso. A mãe de Naldo recebe uma promoção e tem que morar em outra cidade, mas não quer que seu filho more com o pai e Naldo não consegue entender muito bem por que isso.

A história conta de maneira muito clara e afetiva o respeito que devemos ter pelo outro, como lidar com a homossexualidade e destaca que o carinho e o amor sempre devem prevalecer independente de qualquer orientação sexual.

Do jeito que a gente é (Marcia Leite)



De forma muito leve e espontânea *Do jeito que a gente é* aborda temas como homossexualidade e aparências. Chico é um menino que não sabe como se assumir gay e Bea é uma menina que vive em conflito com a aparência e a real necessidade de termos que ser como os outros querem. Suas vidas se cruzam quando os pais dos dois resolvem se casar.

Este livro trata principalmente da aceitação de si próprio e do autoconhecimento. Com assuntos muito pertinentes e comuns na adolescência, ele nos faz refletir sobre como é importante sermos o que somos, independentes de rótulos e estereótipos.

Faca sem ponta, galinha sem pé (Ruth Rocha)



Que diferenças existem realmente entre meninos e meninas? Em *Faca sem ponta, galinha sem pé* os irmãos Joana e Pedro viviam estes dilemas implicando diariamente com atitudes que julgavam ser ou de menina ou de menino. Até que um dia algo inesperado aconteceu, eles passaram por baixo de um arco-íris e Joana virou Joano e Pedro virou Pédra.

De maneira muito engraçada este livro consegue demonstrar que não existem coisas de menino ou menina. Cada um tem a sua vontade própria, independente de padrões pré-estabelecidos. Um jeito simples e descontraído de abordar o sexismo.

**O fado Padrinho, o bruxo
afilhado e outras coisinhas mais
(Anna Claudia Ramos)**



Luar é um menino que sonha em ser fado padrinho e não entende porque só as meninas podem ser fadas madrinhãs. Sua avó aceita e estimula a sua decisão e consegue até um graveto mágico para Luar, que sai pelo mundo afora em busca de seu primeiro afilhado. Nesta jornada ele conhece outros meninos e meninas com desejos diferentes dos anseios de seus pais.

Com uma linguagem contagiante e ilustrações bem humoradas esse livro é primordial para tratarmos de assuntos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Muitas vezes crianças e adolescentes sentem-se pressionadas pelos seus pais e familiares a fazerem coisas que não querem só para agradar. O fado padrinho nos mostra que temos que seguir nossos sonhos e ser quem somos de verdade.

**Tudo bem ser Diferente
(Todd Parr)**



De forma muito simples e educativa Todd Parr consegue com poucas palavras e muita criatividade abordar a importância de aceitarmos as diferenças. Sempre aliando texto com ilustração Tudo Bem Ser Diferente é totalmente enriquecedor e divertido.

**Mano descobre a diferença
(Heloisa Prieto)**



Com uma temática totalmente adolescente o livro conta a história de Mano e seus amigos que estão viciados em um jogo online e querem muito conhecer o melhor jogador de todos que se intitula D'Artagnan. Ao encontrar o famoso jogador os jovens percebem que ele é diferente, com algumas esquisitices. A partir daí desenrola uma história com muito respeito, carinho e solidariedade.

Com o enredo muito envolvente conseguimos perceber como as diferenças podem separar as pessoas, mas que com tolerância e respeito estas diferenças podem aproximar todos e transformar o mundo em um lugar melhor.

**Até as princesas soltam pum
(Ilan Brenman)**



Laura é uma garotinha muito curiosa e fica muito intrigada quando seus colegas de escola dizem que as princesas soltam pum. A menina então pergunta para o pai que com muita criatividade tira as dúvidas da pequena Laura.

Inusitado e engraçado, esse livro mostra para meninos e meninas que por mais encantadora que seja uma princesa ou uma menina existem coisas que todos nós fazemos. Por mais elegante, rica ou famosa que seja uma pessoa, ela é comum. Não se pode estereotipar os indivíduos e muito menos a mulher. Viver fora dos padrões é normal.

**Luana: as sementes de Zumbi
(Aroldo Macedo Oswaldo Faustino)**



Luana é uma menina de 8 anos que mora em Cafundé um quilombo remanescente. Nesta aventura através de seu berimbau mágico a menina volta no tempo para o famoso quilombo de Palmares.

Uma história totalmente brasileira com heróis e paisagens do nosso povo. Esse livro com certeza reforça o orgulho negro do Brasil e consegue mostrar às crianças a importância deste povo, sem contar o fator de identificação com a personagem principal.

**Zé diferente
(Lúcia Pimentel Góes)**



O menino Zé está cansado dos padrões de igualdade impostos pela sociedade. Então ele resolve mudar, muda o cabelo, muda a roupa, muda a casa e até tenta voar. Mas as suas tentativas não dão muito certo, logo que ele mudava, as mudanças viravam padrão e tudo fica igualzinho de novo.

O fato de o mundo estar globalizado não significa que temos que abolir as diferenças e esse livro consegue nos mostrar como a valorização das diferenças pode fortalecer a constituição da nossa identidade e compreender respeitar as diferenças culturais existentes no Brasil e no mundo.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos humanos: de que se trata?**In: BARBOSA, R. L. L. (org.) **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P. 309-318. /

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Onu, 1948.



5 CONCLUSÃO

Quando falamos em direitos humanos, a resistência ainda é muito grande por conta da associação que as pessoas ainda fazem como sendo direitos de bandidos. Dentro da própria escola este conceito ainda é identificado, o que acaba interferindo na aplicação prática da educação em direitos humanos neste ambiente. A partir do momento que a comunidade escolar entender os objetivos verdadeiros de se educar em direitos humanos uma verdadeira transformação social poderá acontecer. Este trabalho é apenas um primeiro passo e uma pequena amostra das possibilidades de se construir uma escola com princípios democráticos e valores mais humanos.

Enquanto bibliotecária a pesquisa me possibilitou compreender toda magnitude que a literatura e a leitura podem propiciar. Além de toda questão gramatical, de vocabulário e escrita, quando incentivamos a leitura e indicamos livros mais adequados, podemos desenvolver uma postura mais crítica e responsável socialmente. Todo este potencial pode e deve ser explorado não só por professores de português, mas também por todos aqueles que desejam construir um mundo mais justo.

Educar não é apenas passar a matéria no quadro, Não podemos cair na lógica neoliberal, onde o conceito de direitos é substituído pelo conceito de oportunidades, que joga na competição selvagem do mercado o destino de milhares de pessoas e esquece-se de formar cidadão de verdade, com princípios e valores. A escola tem que participar sim desta formação de consciência, pois somente neste espaço temos a possibilidade de se discutir e viver as diferenças. Infelizmente em casa muitas crianças e adolescentes são educados de forma preconceituosa e cabe a escola possibilitar outra forma de pensar e agir. E a literatura com todo seu ludismo e encantamento poderá ajudar neste processo de transformação de consciência.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, G.S.S; FARIA, G.N; SANTOS, R.N.V. Educação em direitos humanos: uma tarefa possível e necessária. **Educação em perspectiva**. Viçosa, v. 2, n. 1, p.58-77, jan/jun, 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/72/48>> Acesso em : 13/02/2015

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em Direitos humanos: de que se trata?In: BARBOSA, R. L. L (org.) **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. P. 309-318.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. LDB9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórias e Histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 99: literatura infanto-juvenil**. / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001.

BRENMAN, Ilan. **Até as princesas soltam pum**. São Paulo: Editora Brink Book, 2008.

CANDAU, V.M. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. In: CANDAU,V.M.; ZENAIDE, M.N.T. **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. João Pessoa: Programa Nacional de Direitos Humanos; Secretaria da Segurança Pública do Estado da Paraíba; Conselho Estadual da Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1999.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: BRASIL. **Construindo a cidadania: desafios para o século XXI- Capacitação em rede.** Recife: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, 2001. P.43-48.

CARRASCO, Walcyr. **Meus dois pais.** São Paulo: Editora Ática, 2010.

COELHO, Nelly Novaes. A literatura Infantil: um objeto Novo. In: _____ **Literatura: arte, conhecimento e vida.** São Paulo: Peirópolis, 2000. P.127-142 (Serie Nova Consciência).

COSTA, Marta Moraes. **Metodologia do ensino da literatura infantil.** Curitiba: Ibpex, 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Onu, 1948.

DOHME, Vania D'Angelo. **Técnicas de contar histórias: um guia para desenvolver as suas habilidades e obter sucesso na apresentação de uma história.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro; MARCHI, Diana Maria. **A formação do leitor jovem: temas e gêneros de literatura.** Erechim-RS: Edelbra, 2009.

FRANKLIN, Karen. Direitos Humanos na educação: superar os desafios. **Conjectura.** Curitiba, v.14, n.3, p. 125-144, set/dez, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/37-140-1-PB%20(2).pdf> Acesso em 25/02/2015.

GÓES, Lucia Pimentel. **Zé diferente.** São Paulo: Editora Escala, 2007.

LEITE, Marcia. **Do jeito que a gente é.** São Paulo: Editora Ática, 2009.

MACEDO, Aroldo. **Luana: as sementes de zumbi.** São Pulo: Editora FTD, 2007.

MARTINS, Georgina. **Minha família é colorida.** São Paulo: Editora SM, 2005.

MATEUS, Ana Nascimento Biluca *et al.* A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação**, Belo horizonte, v.5, nº1, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/8477/7227>> Acesso em: 05/04/2015.

MAUÉS, A; WEYL, P. Fundamentos e Marcos Jurídicos da educação em direitos humanos. In: Silveira, R. M. G (org.) et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PARR, Todd. **Tudo bem ser diferente**. São Paulo: Editora Panda Books, 2002.

PRIETO, Heloisa. DIMENSTEIN, Gilberto. **Mano descobre a diferença**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

RAMOS, Anna Claudia. **O fado padrinho, o bruxo afilhado e outras coisinhas mais**. São Paulo: Editora Prumo, 2009.

RISSO, Suzana Aparecida. **A Importância da literatura infantil na formação do indivíduo durante o processo de aprendizagem**. Cascavel: Unioeste, 2007.

Disponível em:

<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completos/Trabalhos/PDF/68%20Suzana%20Risso%201.pdf>> Acesso em: 04/04/2015.

ROCHA, Ruth. **Faca sem ponta, galinha sem pé**. São Paulo: Editora Salamandra, 2009.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira e ANTUNES, Silmara Ferreira (orgs). **A contação de histórias no espaço escolar: desafios e possibilidades contemporâneas**. Goiânia: SEDUC/GO, 2009.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: Silveira, R. M. G (org.) et al. **Educação em direitos**

humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. *et al.* Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** São Paulo, v.1, n.1, julho de 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf> Acesso em : 23/05/2015.

SIMÕES, Luciene Juliano (cord.). **Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura.** Erechim: Edelbra, 2012.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias.** Curitiba: Positivo, 2005.

VIANNA, Marcia Marin; Braun, Patricia. Rodas de leitura como estratégias de ensino e aprendizagem. In: PLETSCHE, Denise; RIZO, Gabriela(org.). **Cultura e formação: contribuições para a prática docente.** Seropédica: Editora da UFRRJ, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura Infantil na Escola.** São Paulo: Global, 2003.